

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO BÁSICO (SAEB) NO BRASIL: O CASO DA LITERATURA NO ENEM PPL

Gislene Santos Moreira (UFNT)

smoreira.gislene@gmail.com

Valéria Medeiros (UFNT)

medeiros.vs@hotmail.com

O presente trabalho disserta acerca das políticas educacionais para Pessoas Privadas de Liberdade – PPL. Para tal, há um breve histórico sobre a história das prisões e do sistema socioeducativo. Além de relatar as políticas públicas educacionais. Faz-se uma abordagem dos diversos programas existentes nesse campo, trazendo as principais barreiras que se enfrenta para serem executados de modo satisfatório. O Brasil, em 2015, apresentou um índice muito baixo no ranking educacional, no qual ocupou a 60ª posição entre 76 países. Percebe-se que ainda há muitas falhas na educação brasileira, entretanto há também alguns Planos para que essa educação se desenvolva de modo eficiente, formando cidadãos instruídos e críticos para contribuírem com o progresso do país. Diante dessa preocupação com a educação apresenta-se uma outra questão: a educação prisional. No país, considera-se que as pessoas privadas de liberdade devem ser reeducadas durante o encarceramento para que ao regressar à sociedade tenham a oportunidade de mudar sua vida. De que modo essa reeducação acontece? Através de programas que possibilitam ao apenado iniciar ou dar continuidade em seus estudos durante o prazo em que está encarcerado. Alguns desses programas são: a remição por estudo e por leitura, que possuem lei específica que os regulamenta. Dentre as possibilidades de estudos, há os exames nacionais específicos para pessoas privadas de liberdade, são eles: Enem PPL e Enceja PPL. Tanto um quanto o outro funcionam de modo semelhante aos que são aplicados às pessoas livres. A diferença está nas datas, que não são as mesmas, pois por se tratarem de pessoas presas exige ainda mais critérios de segurança para a realização desses exames.

Palavras-chave:

Enceja PPL. Enem PPL. Políticas Públicas Educacionais.